



## **ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA**

### **PORTARIA GABAER Nº 276/GC4, DE 20 DE ABRIL DE 2022.**

Fixa diretrizes e delega competências, no âmbito do COMAER, para autorizar a concessão de diárias e passagens, de acordo com as disposições do Decreto nº 10.193/2019.

**O COMANDANTE DA AERONÁUTICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIV e o § 1º do Art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica (COMAER), aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019 e na Portaria GM-MD nº 1.561, de 25 de março de 2022, publicada na Seção 1 do DOU nº 59, de 28 de março de 2022, resolve que:

Art. 1º A concessão de diárias e passagens aos militares e servidores civis deverá ser autorizada pelo Comandante da Aeronáutica na hipótese de deslocamentos para o exterior com ônus.

Parágrafo único. A Portaria de designação para cumprimento de missão no exterior, emitida em conformidade com os normativos que regem a matéria no âmbito do COMAER, é o documento que materializa o ato de autorização de que trata este artigo.

Art. 2º Ficam designadas as seguintes autoridades para, no âmbito dos respectivos Órgãos de Direção Geral e Setorial e GABAER, autorizarem despesas com diárias e passagens de militares e servidores civis de suas Organizações e OM apoiadas ou subordinadas, nas hipóteses de deslocamentos previstas nos incisos de I a V do art. 8º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019:

- I - Chefe do GABAER;
- II - Vice-Chefe do EMAER;
- III - Vice-Secretário da SEFA;
- IV - Chefe do Estado-Maior do COMGAP;
- V - Chefe do Estado-Maior do COMPREP;
- VI - Chefe do Estado-Maior do COMGEP;
- VII - Chefe do Estado-Maior Conjunto do COMAE;
- VIII - Vice-Diretor do DECEA;
- IX - Vice-Diretor do DCTA.

§ 1º É vedada a subdelegação de competência pelas autoridades de que trata o caput do presente artigo.

Art. 3º Fica subdelegada competência aos Chefes, Comandantes, Diretores, Presidentes, Secretários, Subdiretores e Prefeitos, titulares de Unidades Gestoras Credoras e Executoras, para autorizarem a concessão de diárias e passagens terrestres, no país, aos militares e servidores civis de suas respectivas Organizações e OM apoiadas ou subordinadas, nas situações não enquadradas no art. 1º e no art. 2º da presente Portaria.

Art. 4º Fica subdelegada competência às autoridades constantes do art 2º para autorizarem a concessão de passagens aéreas, no país, aos militares e servidores civis de suas Organizações e OM apoiadas ou subordinadas, nas situações não enquadradas nos art. 1º e 2º da presente Portaria.

§ 1º As concessões de passagens aéreas para deslocamentos para fins de assistência à saúde, conforme previsto em legislação específica, serão autorizadas pelo Subdiretor da SARAM, ou oficial a quem for delegada essa competência.

§ 2º A comprovação de viagens aéreas para deslocamentos para fins de assistência à saúde, conforme previsto em legislação específica, deverão ser enviadas à SARAM para conclusão do processo.

Art. 5º É vedada a subdelegação de competência de que tratam os art. 3º e 4º da presente Portaria.

Art. 6º As autorizações para a realização de despesas enquadradas no art. 2º deverão ser solicitadas pela OM interessada diretamente ao respectivo ODGSA, via ofício, por intermédio do documento "Ficha de Autorização de Despesas com Diárias e Passagens", conforme modelo estabelecido no Anexo da presente Portaria.

§ 1º Para as hipóteses de deslocamento com prazo de antecedência inferior a 15 dias da data de partida, a OM solicitante deve expor as justificativas do fato no campo "informações complementares" da Ficha.

§ 2º Após assinatura pela autoridade delegada, a "Ficha de Autorização de Despesas com Diárias e Passagens" deverá ser devolvida à OM solicitante por meio de ofício.

§ 3º A UG deverá autuar e indexar a "Ficha de Autorização de Despesas com Diárias e Passagens" no respectivo PAG.

§ 4º Caberá aos agentes elencados no art. 3º instituir controle para identificar o quantitativo de diárias recebido por cada pessoa no ano, realizando consulta prévia no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP).

§ 5º O Ordenador de Despesas da Unidade Gestora Executora e/ou Credora será o responsável pela autorização superior exigida eletronicamente pelo Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, no âmbito do COMAER.

§ 6º Cabe ao Ordenador de Despesas da Unidade Gestora Executora e/ou Credora o controle sobre a inserção de dados no SCDP, de modo que o processo virtual reflita fielmente a autorização por escrito, inclusive no que concerne ao limite para o número de participantes do evento, programa, projeto ou ação, não eximindo os demais agentes envolvidos nos processos físicos e virtuais da concessão de diárias e passagens de suas responsabilidades.

§ 7º A critério do ODGSA, o trâmite da "Ficha de Autorização de Despesas com Diárias e Passagens" poderá ser realizado por meio do fluxo do SCDP, em substituição ao SIGADAER, devendo a ficha ser anexada na correspondente "Proposta de Concessão de Diárias e Passagens (PCDP)", após assinatura das autoridades competentes.

§ 8º Quando o deslocamento envolver atividades de caráter sigiloso, nas solicitações para concessões de diárias e passagens a natureza do evento poderá ser descrita de forma genérica, sendo garantido o levantamento do sigilo após o encerramento da operação ou do deslocamento.

Art. 7º No caso de impedimento das autoridades previstas nos art. 1º, 2º, 3º e 4º, a concessão de diárias e passagens poderá ser autorizada pelos respectivos substitutos, formalmente designados.

Art. 8º Os casos não previstos nesta Portaria deverão ser submetidos à apreciação da SEFA.

Art. 9º Essa portaria entrará em vigor no dia 2 de maio de 2022.

Art. 10 Revoga-se a Portaria nº 1.463/GC4, de 18 de dezembro de 2020, publicada na Seção 1 do DOU nº 248, de 29 de dezembro de 2020 e no BCA nº 1, de 4 de janeiro de 2021.

Ten Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BATISTA JUNIOR  
Comandante da Aeronáutica